

A ESCRITA FEMININA E FEMINISTA DE AMÉLIA RODRIGUES: educação e infância das mulheres através das páginas de mestra e mãe

Caroline Santos Silva*

Resumo

Neste trabalho apresento uma análise de parte da obra da escritora e professora Amélia Rodrigues (1861-1926), portadora de uma produção vastíssima e muito importante para educação baiana. Em *Mestra e mãe* (1898), um manual de educação moral e cívica para moças, Rodrigues faz uma discussão sobre a importância da educação feminina e reconta a própria trajetória. A obra se reporta ao sertão da Bahia, trazendo um contexto diferenciado da capital, demonstrando as deficiências e carências das crianças que viviam no interior do Estado. A escritora não apresentou como único personagem a criança branca, mas trouxe as caboclas para a cena. Por outro lado, também esboçou valores como nacionalismo através da narrativa de eventos históricos que ecoavam no momento. O livro, além de conter lições morais e religiosas, evidenciava que as meninas tinham direito à mesma educação recebida pelos meninos.

Palavras - chave: Educação feminina; escrita feminina; feminismo; literatura para moças.

Abstract

In this work I present an analysis of part of the work of the writer and teacher Amélia Rodrigues (1861-1926), who carried a vast and very important production for Bahia's education. In *Master and Mother* (1898), a manual of moral and civic education for girls, Rodrigues discusses the importance of female education and recounts its own trajectory. The work refers to the sertão of Bahia, bringing a different context of the capital, showing the deficiencies and deficiencies of the children who lived inside the State. The writer did not present as the only character the white child, but brought the caboclas to the scene. On the other hand, he also outlined values as nationalism through the narrative of historical events that echoed at the time. The book, besides containing moral and religious lessons, showed that the girls were entitled to the same education received by the boys.

Keywords: Female education; female writing; feminism; literature for girls.

* Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia e Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Autora do livro *Com um fórceps na mão há de se parir uma nação: Uma História da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador no século XIX*. Atualmente é professora substituta da Universidade do Estado da Bahia – Campus IV, Jacobina- Ba. E-mail: caroluefs@gmail.com

A produção literária da escritora Amélia Rodrigues e de outras tantas mulheres brasileiras entre o século XIX e XX demonstra o quanto a escrita foi tomada como instrumento de conquista de espaços considerados masculinos. A escrita feminina, naquele período, se constituiu como um ato de subversão; prática questionadora dos “lugares” sociais ocupados por homens e mulheres nos espaços públicos e privados. Segundo a pesquisadora Sara Beatriz Guardia, para a leitura de textos escritos por mulheres é preciso interpretar “sus silencios, y aquello que critican e interrogan de la tradicional cultura de América Latina, como medio de reemplazar el discurso falocéntrico y apropiarse de una identidad que les ha sido negada.” (2001, p. 02)

A escrita feminina como uma experiência transgressora foi vivenciada e traduzida por muitas mulheres em suas obras. Nas produções literárias de Amélia Rodrigues foram recorrentes os momentos em que a mesma justificara sua escrita, atribuindo a ela uma função que não entrava em conflito com os valores e costumes do contexto em que suas obras foram publicadas. A escritora, reconhecendo suas contradições, defendeu a manutenção do casamento e da maternidade, embora tenha incentivado a instrução feminina e, de certa forma, que as mulheres ocupassem alguns espaços públicos.

O livro *Mestra e mãe* (RODRIGUES, 1898), considerado por algumas pesquisadoras (ALVES, 1998) como autobiográfico, refletiu a grande preocupação de Amélia Rodrigues com a educação das mulheres. Demonstrando como a instrução mudou sua vida e lhe fez cultivar valores morais e religiosos que perpassaram grande parte de suas publicações. Utilizando algumas estratégias, Amélia Rodrigues esboçou em seus escritos como se tornou mulher, escritora e mestra. Parte de seus textos delineia um pouco de uma escrita de si, onde suas memórias “ficcionalizadas” justificam as escolhas que constituíram sua subjetividade e sua escrita voltada especialmente para moças.

Essa “narrativa de si” demarcou não somente a possibilidade de uma autobiografia através de um texto ficcional, mas também o fazer-se escritora e feminista em um espaço predominantemente masculino. É preciso lembrar que durante muito tempo a escrita

feminina foi considerada “como uma literatura menor, sem valor, sem qualidades geralmente atribuídas à escrita masculina” (RAMOS, 2008, p.156), classificada apenas como uma ficção doméstica. Contudo, a crítica literária e os estudos sobre a história das mulheres e da leitura trouxeram novas perspectivas sobre essas produções. Assim, tais obras também se constituíram lugares de memórias, tornando-se uma fonte valiosa de compreensão do cotidiano.

Até meados do século XX, muitas escritoras brasileiras tiveram que lidar com a crítica legitimadora de um cânone literário que excluía a escrita feminina, classificando-a como inferior. Essa crítica, que era majoritariamente masculina, qualificou a produção literária das mulheres a partir de uma redução biologicista, na qual “havia como que a identificação – ou assimilação – do livro à figura da mulher e a seu corpo, facilmente demonstrada na presença acentuada de adjetivos relacionados à gestação e ao nascimento, como se cada livro fosse um filho da autora.” (DUARTE, 1997, p.91). Segundo a pesquisadora Constância Duarte, algumas escritoras temiam os críticos, o que fazia com que muitas buscassem se encaixar nos padrões literários estabelecidos para as mulheres. A escolha do gênero textual, dos temas e personagens é que determinaria a aprovação dos pares masculinos. (Ibidem, p.92)

Alguns estudos apontam que para ganhar espaço para a divulgação de suas obras Amélia Rodrigues teria se utilizado de estratégias, entre elas a aliança com a Igreja católica. Por outro lado, a escritora, na maioria de seus textos, demonstrou-se humilde e despreziosa, alegando a simples missão de transmitir mensagens moralizantes às mulheres e às crianças; tendo a única intenção de incentivar a instrução das futuras cidadãs e cidadãos. Esta poderia ser uma tática para permanecer ativa, não representando um perigo à família e aos valores cristãos do período (ALVES, 1998). O que não quer dizer que Amélia Rodrigues não tenha se posicionado em relação aos muitos críticos “pouco receptivos aos livros de autoria feminina” (DUARTE, 1997, p.90). Em *Mais um... Aventureiro*, texto introdutório do livro de poemas *Bem-me-querer*, ela fez referência há uma possível reação dos intelectuais baianos da época aos seus versos:

Porque saem arranjados em livros estes versos? Dá-lhes a minha presunção algum valor? – Nenhum! – Sinceramente reconheço que, por muito faltos de originalidade e colorido e por muito abundantes de monotonia triste, não chegam à craveira das obras estimáveis ou procuradas, imerecendo, portanto, a honra da mais ligeira leitura à aristocracia dos intelectuais da temporada presente, com razão rigorosa e difícil de contentar. (RODRIGUES, 1906, p. 9)

Ficou evidente que já havia em Amélia Rodrigues um descontentamento no que concerne à recepção de suas obras pelo público de literatos baianos, embora a mesma gozasse de certo prestígio na época. Mas Amélia lembrou, neste mesmo texto, que graças ao apoio dos Salesianos é que a publicação de sua obra foi viabilizada, sendo que o lucro da venda do livro seria convertido em fundos para a construção do Liceu de Salvador. Ela encerrou justificando seus motivos e lembrando aos leitores que mesmo que não apreciassem sua escrita, ao menos colaborassem, enquanto cristãos, com um gesto de caridade para a instrução dos mais necessitados:

Ousadia apadrinhada por tão aceitável motivo deve ter curso tranquilo, e não haverá de certo alma boa – mesmo a dos críticos intransigentes – que lhe vá por embargos à viagem aventureira e humilde pelos arraiais da caridade.

Portanto, nada mais tenho a dizer ao entendido que aqui puser olhos curiosos se não isto:

– Toma os versos, caríssimo; não os leias, se lhes não puderes suportar o pouco mérito: nem todas as Musas possuem túnicas de seda e púrpura e **ephods**¹ de pérolas para oficiarem no templo da poesia; – não te esqueças, porém, se é alma boa, de que, mais que o sabor literário de páginas bem feitas, vale o gozo de fazer bem aos desamparados. (RODRIGUES, 1906, p.10)

Ao fazer uma análise dos prefácios de livros escritos por mulheres brasileiras no século XIX, a professora e pesquisadora Zahidê Muzart constatou que muitas dessas escritoras, na busca pela aceitação e aprovação no meio literário dominado por homens, esboçavam culpa, entre outros “sentimentos escondidos”, como

¹ Possíveis significados encontrados para a palavra Éfode (escrita atualizada) – “Veste semelhante a um avental, feita de lã azul, roxa e vermelha, linho e fios de ouro, que era usado pelo sumo sacerdote hebreu, e que dava a ele o poder e o direito de falar com Deus e ser ouvido por Ele; Placa que se pendurava sobre o peito, usado pelo sumo sacerdote hebreu em cerimônias religiosas, e que continha doze pedras semipreciosas, de cores diferentes, representando as doze tribos de Israel.” Cf. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/%C3%A9fode>>. Acesso em: 07/06/2016.

“humildade ou modéstia meio forjadas” (MUZART, 1990, p.65). Sentimentos esses que se desenharam também no trecho do prefácio acima. Por outro lado, Amélia Rodrigues deixou transparecer certo tom irônico ao fazer crítica sobre o tipo de poesia que era apreciado naquele momento; a meu ver a escritora falava dos poetas parnasianos que valorizavam mais a “forma ou métrica” em detrimento do tema.

Segunda a professora e pesquisadora Ívia Alves, a educadora também se apropriou do discurso masculino sobre a mulher, para então desconstruir essa representação feminina da sociedade burguesa do período. Ao escrever sobre diversas temáticas, incluindo a escravidão e a pobreza, Rodrigues demonstrou que as escritoras não precisavam se ater ao amor ou à natureza como assuntos principais de suas narrativas. (ALVES, 1998, p. 96)

Através de poesias, romances, contos e peças teatrais, Amélia Rodrigues expressou memórias e experiências femininas trazendo à tona o contexto de opressão. O que também se tornou significativo quando a escritora trouxe em sua narrativa o protagonismo feminino. Em suas obras as mulheres assumem uma posição de sujeitos mais ativos política e socialmente. O fato evidencia que os escritos femininos desafiavam e subvertiam a cultura patriarcal, fornecendo “às mulheres a voz adequada para falar de si mesmas” (NAVARRO, 1995, p. 14).

1. Notas sobre Amélia Rodrigues

Amélia Augusta Rodrigues do Sacramento nasceu em 26 de maio de 1861, na Freguesia de Oliveiras dos Campinhos, Município de Santo Amaro, cidade do interior da Bahia. Iniciou seus estudos com um familiar, o cônego Alexandrino do Prado Valadares e, posteriormente, os professores Antônio de Araújo Gomes de Sá e Manuel Rodrigues Martins assumiram sua instrução. Com eles, aprofundou o estudo da língua vernácula e da matemática, dos clássicos e do latim, além das línguas estrangeiras inclusive o alemão. (ALVES, 1998)

Após passar pelo ensino formal obtendo os requisitos necessários para o exercício do magistério, Amélia Rodrigues, aos 18 anos, foi aprovada em primeiro

lugar em um concurso para professora primária na cidade de Santo Amaro. Neste mesmo período, já dava provas do seu talento literário, escrevendo poemas para alguns periódicos santamarenses. Sendo que em 1882, ela escreveu um folhetim *O mameluco*, em 1896 *A promessa* e em 1898 *Mestra e mãe*.

Em 1891, Amélia Rodrigues mudou-se para Salvador, onde foi admitida através de outro concurso. Além de lecionar, ela se dedicou ao jornalismo, aproveitando as oportunidades oferecidas pela capital. Escreveu para diferentes periódicos da Bahia e do Brasil, destacando-se sua atuação na criação da primeira revista feminina da Bahia *A Paladina* (1910), e posteriormente, em 1913 ajudou a lançar *A voz da Liga das senhoras católicas*. (Ibidem)

No primeiro número de *A Paladina*² em janeiro de 1910, primeiro periódico feminino dirigido e editado por um grupo de mulheres católicas, Amélia Rodrigues deixou claro quais eram as diretrizes seguidas pela revista:

Não levantamos a bandeira do feminismo-sufragista, nem advogamos os pseudo-direitos da mulher moderna, que pretende estultamente invadir o terreno da ação masculina, deixando a erva crescer no seu.

Se feministas somos é no bom sentido, no sentido cristão, como tantas senhoras o tem sido no decorrer dos séculos e o são agora em alguns países europeus e americanos. (RODRIGUES, 1910, p. 6)

A escritora definiu-se como feminista, embora tenha ressaltado as peculiaridades que a diferenciavam das feministas “no mau sentido”. Se por um lado ela defendeu certos direitos femininos, como o acesso a instrução; também, se posicionou contra um movimento que afastaria filhas e esposas de suas obrigações morais com a família e com a pátria.

² “Com nítida orientação cristã, a revista *A Paladina do Lar*, de publicação mensal, foi fundada em Salvador, no ano de 1910, por um grupo de intelectuais católicas pertencentes aos setores da elite baiana. Por iniciativa da *Liga Católica das Senhoras Baianas* e contando com o apoio da Igreja, a revista feminina foi organizada e voltada especificamente para as mulheres. O Programa defendido pelo grupo fundador tinha, entre seus objetivos, propagar ideias moralizadoras e conhecimentos úteis às mulheres e divulgar a orientação cristã para as famílias. *A Paladina do Lar*, primeiramente denominada de *A Paladina*, foi inicialmente publicada pela tipografia Salesiana, passando depois para a Tipografia Beneditina. Sua primeira diretora e redatora chefe foi a escritora Amélia Rodrigues, que permaneceu no cargo até janeiro de 1912, sendo substituída por Maria Luiza de Souza Alves (1862-1945).” (LEITE, 2005, p.281-282).

Amélia Rodrigues, a exemplo de muitas militantes do período, temia a “masculinização” das mulheres e a perda de valores caros à Igreja Católica. Segundo a historiadora Márcia Barreiros, a consciência da escritora sobre os direitos da mulher foi marcada por uma rígida ética religiosa.

Por mais paradoxal que pareça, foram às mulheres católicas praticantes as porta-vozes de reivindicações femininas. As representantes da vanguarda cristã vão elaborar estratégias de luta em nome do pudor, dos bons costumes, do casamento, da família, do direito da mulher à educação, ao lazer e à maternidade. (LEITE, 2005 p.117)

De acordo com Alves, a militância da escritora baiana pode ser dividida em três etapas: a primeira marcada pela defesa da educação feminina, tendo seu auge com a publicação de *Mestra e mãe*; “a segunda, quando reforçou a militância da mulher católica para uma ação fora do âmbito familiar, participando da atividade social no auxílio às crianças desamparadas” (ALVES, 1998, p.117); a terceira se deu com a mudança de Amélia para o Rio de Janeiro, momento em que ela entrou em contato, de maneira mais intensa, com os debates sobre os direitos das mulheres e o voto feminino. Contudo, a Igreja Católica influenciou bastante os caminhos e estilos literários adotados pela escritora. À medida que se solidificou a aliança com a religião, Amélia também começou a se dedicar à crônica e ao conto, textos que seriam mais fáceis de serem digeridos pelos leitores. Ao mesmo tempo, houve um aumento da produção de peças teatrais de cunho pedagógico, voltadas principalmente para as crianças. Muitas dessas peças foram encenadas em alguns colégios da cidade de Salvador. (Ibidem)

Amélia Rodrigues foi uma das primeiras mulheres do período a se profissionalizar como escritora, inclusive teve certo rendimento com a venda de seus textos. Ela não chegou a se casar e, como vinha de uma família humilde, teve que trabalhar desde cedo. Apoiando-se nos laços que manteve com a Igreja Católica, pode se instruir e desenvolver seu talento.

2. Escrita autobiográfica através da obra *Mestra e Mãe*³: Manual de educação cívica e moral

À margem do Rio São Francisco, no sertão da Bahia, estava localizada a Fazenda do Ingá-Assú, propriedade herdada pelo padre Martins, após a morte de seu pai. Neste lugar onde tudo que se plantava dava frutos, o sacerdote ergueu uma pequena capela e reafirmou os compromissos com a comunidade ao redor da fazenda. Os que passavam por ali bem diziam: “Que colônia, a dele! Moralizada, feliz, trabalhadora, dócil... um modelo de colônia! Parece que ressuscitou naquele homem um dos santos jesuítas domadores de selvagens. É o Anchieta moderno, a caridade em forma humana!” (RODRIGUES, 1929, p.14)

Amélia Rodrigues iniciou o Livro *Mestra e mãe* falando do sertão da Bahia, lugar onde a Igreja Católica continuava exercendo seu papel “colonizador” e moralizador. Para autora, isso indicava que aquele povoado estava em boas mãos, já que a moral religiosa poderia se perpetuar. Assim, tendo como pano de fundo a constituição de uma religiosidade no interior da Bahia nos tempos imperiais, o romance dirigiu-se principalmente para as moças, futuras mestres e mães. Há indicativos de que a escritora baiana fez uma releitura de sua trajetória, contando um pouco sobre lugares, costumes e pessoas que habitavam o sertão baiano que ela conheceu tão bem.

O livro *Mestra e mãe* foi publicado em 1898. Constituiu-se como um manual de educação cívica e moral, um guia para a formação de futuras mestras (ALVES, 1998). A análise do romance revelou que a autora preocupou-se com o ensino dirigido às crianças no contexto específico da Bahia republicana, principalmente no que concerne à formação das meninas. Além de problematizar a instrução oferecida às mulheres naquela época, a escritora dedicou-se à

educação oferecida aos pobres, o que a diferenciou de alguns literatos que escreveram para a formação de uma elite urbana.

A capa da quarta edição do livro traz a representação das principais personagens: a mestra e suas fiéis discípulas; meninas de diferentes idades que compuseram a narrativa de Amélia, tornando-se exemplo do bem e do mal para as leitoras. A ilustração mostra o momento em que D. Mercês, personagem principal, foi encontrada à beira da estrada pelas meninas sertanejas. A senhora cearense emigrou de sua terra por conta da seca e foi acolhida por um dos fazendeiros mais importantes da localidade. Com o passar do tempo esboçado na narrativa, ela tornou-se professora da primeira escola primária para as moças do local. Ao fundo, no desenho da capa do livro, no ponto mais alto da cidade, encontra-se a igreja, norteadora da vida do lugar.

Quando tratou da criação de uma escola feminina em um povoado rural, Amélia Rodrigues advertiu que as dificuldades para a educação das mulheres foram bem maiores nestas regiões. Nesse sentido, o envolvimento com a Igreja foi muito importante, o que justificou sua defesa por uma instrução vinculada à palavra de Deus. Lembrando que os primeiros estudos da escritora foram iniciados através de dois padres.

O romance está dividido em quatro partes, a primeira delas trata da chegada de D. Mercês e a fundação da escola; a segunda e terceira apresentam as crianças em suas experiências na escola e na vida cotidiano do sertão; e na quarta parte, Amélia narrou o desenvolvimento das meninas que, passados alguns anos, tornaram-se moças, prontas para casar.

No prefácio, a educadora anunciou seu objetivo convocando as jovens brasileiras:

Escrevi este livro, queridas meninas, para auxiliar vossos pais e vossos mestres na doce tarefa de fazer-vos amar a virtude e a instrução.

(...)

Lede-o, se vos agradar, mas com a intenção de tirar dele algum fruto. Sabeis que não se podem cultivar flores sobre rochas duras. Assim também nenhum bom conselho vos aproveitará, se o vosso coração for intratável e indiferente como a pedra... (RODRIGUES, 1929, p.7)

O romance, como bem expressou sua autora, é cheio de conselhos e ensinamentos para as suas leitoras.

³ O livro ganhou a medalha de ouro na Exposição Internacional Brasileira em 1908. Na contracapa de sua primeira edição em 1898, consta a aprovação, pelo Conselho de Instrução Superior da Bahia, para o uso nas escolas de Salvador como quarto livro de leitura. Não achei ainda registros que comprovem, de fato, a distribuição do livro nas instituições escolares de Salvador ou do resto da Bahia. Contudo, entendo que a obra de Amélia Rodrigues circulou na casa de muitas moças soteropolitanas, já que encontrei a quarta edição do livro publicada três anos após sua morte, o que, de certa forma, é um indício sobre a recepção do romance.

Além dos temas de moralidades e preceitos sobre bons sentimentos e virtudes, há também uma preocupação com a formação cívica das meninas. Alguns escritores de livros infantis trouxeram o patriotismo como uma das questões a serem abordadas na instrução infantil. Amélia Rodrigues não foi uma exceção, ela tratou da cidadania de mulheres, que seriam instruídas para tornarem-se mães e esposas. Para tanto, a escritora aconselhou suas leitoras: “(...) Trabalhareis com vontade, com afinco, no vosso aperfeiçoamento moral e conseguireis ser boas, e sereis a glória de vossa família, a honra do vosso sexo, sereis dignas cidadãs de nossa grande pátria, que vos espera a geração futura!” (Ibidem, p.8)

A Senhora Mercês era uma personagem doce, que desejava ser chamada de avó por suas alunas, advertindo-lhes que só seriam castigadas se não fossem boazinhas. Tanto amor e benevolência desfizeram as angústias das meninas, que nunca haviam estado diante de uma mestra. Mercês é uma dos personagens centrais do livro. Como foi dito anteriormente, ela apareceu no vilarejo como uma mendiga, morrendo de fome e sede. Acolhida pela filha do Capitão Serpa, Euphrosina, recebeu todos os cuidados, e logo revelou sua história.

Por ter tido uma boa instrução, Mercês se ofereceu para ajudar as meninas do povoado que careciam de educação. O padre Martins e o Capitão aceitaram sua ajuda e iniciaram a construção da escola. Na primeira parte da trama destacam-se os debates sobre a definição do que seria uma boa educação feminina. Em uma conversa entre a mestra e Serpa, o padre Martins expôs sua opinião, se colocando contra ao que chamou de ensino moderno:

(...) Sou inimigo dos maus colégios e das moças embonecadas. Quero a mulher dona de casa, modesta, trabalhadora. A mulher forte, que leio na Escritura. É ir contra o progresso? Paciência. Mas creio que tirar a mulher desta posição que Deus e a natureza lhe marcaram não é progredir, é retrogradar. E estou nisto com todos os homens sensatos do século. Aprecio as belezas da educação moderna e detesto seus defeitos. Fazer da companheira do homem um manequim de salão é atrofiá-la, torcer o seu destino, mudar o seu papel, preparar o descalabro da família. (Ibidem, p.36)

Neste trecho a autora se referiu, principalmente, a uma proposta de instrução que produziria nas mulheres sentimentos fúteis, a exemplo da vaidade, que as afastaria, portanto, de sua verdadeira vocação. Educar para que melhor se exercesse as funções domésticas, para disciplinar e moralizar os hábitos femininos. Ao

longo do romance, a escritora reafirmou essas posições, e continuamente desenrolou situações que reforçavam valores, como cultivo da humildade, da fé e do patriotismo.

O dia da inauguração da escola no povoado foi comemorado como uma festa cívica. A autora descreveu a simplicidade da escola, embora tenha reafirmado, através de uma fala de D. Mercês, que a melhor instituição nem sempre é a mais bem provida de bons aparelhamentos pedagógicos, e sim aquela que consegue formar, através de uma educação cristã, bons cidadãos.

Mestra e mãe sintetiza, assim, parte das concepções de Amélia Rodrigues. Pode-se dizer que ela acreditava que toda mestra deveria se comportar como mãe de seus alunos, ensinando-lhes com compaixão e paciência, não deixando de ser severa quando preciso. Por outro lado, toda mãe deveria ser instruída para que também se comportassem como mestra de suas filhas e filhos.

3. Entre quintais e bordados: representação de infâncias no sertão baiano

A representação das infâncias feminina e masculina pode ser vista neste romance, a partir da diversidade de crianças que aparecem como personagens no enredo. Amélia Rodrigues deu um contorno especial à trajetória de cada menina que compõe sua narrativa. Cada história relatada evidenciou, para além das diferenças de gênero, questões de classe e raça. A escritora trouxe o “mosaico” da infância que se desenhou no sertão baiano em fins do período Imperial.

As meninas que aparecem ao longo dos capítulos do livro são personagens vivas, tendo voz ativa na história; vozes que passam a ser escutadas por meio da intervenção da professora. Ao adentrar a escola, essas crianças tornaram-se protagonistas, empoderando-se através da instrução. Esse fato impactou a vida de muitas das meninas, principalmente daquelas que não contavam com uma herança familiar e, portanto, precisariam trabalhar para o seu sustento, assim como a própria Amélia Rodrigues em sua trajetória.

Mesmo apresentando a representação de uma infância feminina ideal, através de Euphrosina, menina branca e

rica, a escritora trouxe também as figuras de Yara ou Sidonia⁴, filha de uma cabocla, e Gabriela, filha de pai morto durante a Guerra do Paraguai. Gabriela era uma menina muito esperta e inteligente, mas muito pobre, sendo uma das alunas prediletas de D. Mercês. Para a professora, o pai da garotinha morreu para defender o Brasil, conseqüentemente deveria contar com a gratidão de todos os verdadeiros patriotas. Gabriela “deveria achar um carinho paternal em cada coração brasileiro que soubesse cumprir o seu dever!”. (RODRIGUES, 1929, p.68)

No romance *Mestra e mãe*, além de Gabriela e Euphrosina que eram meninas recatadas, humildes e generosas, há também protagonistas que se contrapõem a esses bons exemplos. Amélia não definiu essas personagens a partir de um caráter permanente, a autora colocou as meninas em diferentes situações, lhes dando a possibilidade de arrepende-se, revendo suas más ações. A maioria das histórias tem um tom exemplar; as narrativas demonstram esse momento de formação da infância, onde os erros cometidos, quando reconhecidos, seriam perdoados. Até mesmo os sentimentos ruins como inveja, ressentimento, raiva, arrogância e vaidade poderiam ser revistos.

As lições de como cultivar bons sentimentos e praticar boas ações apareciam constantemente nas aventuras protagonizadas pelas meninas. Por vezes, Amélia Rodrigues se reportava diretamente à suas leitoras para lhes falar sobre o proveito que deveriam tirar do evento narrado. Em uma de suas falas, a autora alertou sobre a importância da instrução:

Empregar na preguiça e na vadiagem o tempo sagrado que deve ser consumido em adquirir os conhecimentos indispensáveis à vida e em esclarecer o espírito que um dia há de ser chamado ao serviço do país em que nascemos; ficar ignorantes, quando os outros povos caminham a passos largos na senda da instrução, é um crime quase tão horrível como o de dizer à própria mãe: Não te conheço; não quero servir-te; não tenho nada de comum contigo. (RODRIGUES, 1929, p. 107)

A autora encerrou esse trecho, conclamando as jovens a não cometerem esse crime, reafirmando que a dedicação pelos estudos seria a primeira prova de amor ao país (Ibidem, p.107-8). Ao incentivar meninas a instruírem-se em nome da pátria, Amélia Rodrigues concedeu um lugar de ação às mulheres, condicionando a cidadania à educação. Para além dos lugares que até então eram destinados à mulher, a

escritora, mesmo que de maneira implícita, lhe concedeu um novo status político e social. E essa ideia apareceu em muitos momentos quando Amélia tratou sobre as obrigações de cada brasileiro com sua pátria. Esse debate, como evidenciado em outros momentos deste trabalho, foi muito comum entre os intelectuais no final do século XIX e início do XX, contudo a escritora trouxe a questão sobre a perspectiva feminina e, de certo modo, feminista.

Um dos capítulos do livro trata especificamente das comemorações do 2 de julho, evento que relembra as lutas pela Independência na Bahia.⁵ Neste momento do livro descreve-se todo evento cívico, com direito a desfiles e discursos. Todos na cidade ficaram bastante emocionados com a demonstração de patriotismo dos meninos e meninas que participaram do cortejo. Vale ressaltar, que além de escrever sobre o tema, Amélia Rodrigues também ajudava na organização da cerimônia religiosa, que fazia parte das celebrações do Dois de Julho nas primeiras décadas do século XX na Bahia. A Liga de senhoras católicas⁶, dirigida e fundada pela escritora em 1909, ficava responsável pela realização do Te-Deum na Catedral. (ALBUQUERQUE, 1997, p.56)

Na história exposta no livro, após os festejos da Independência, o debate sobre o evento continuou na sala de aula. Impressionadas com o ato patriótico, as meninas trouxeram inúmeras perguntas para a professora Mercês. Entre as questões, uma destacou-se no contexto: As mulheres poderiam ser patriotas? A resposta da mestra foi imediata:

As mulheres não podem, é verdade, pegar em armas para defender o seu país, nem votar, nem ir às assembleias discutir questões

⁵ Analisamos o discurso de outros intelectuais baianos sobre o Dois de Julho no segundo capítulo. As comemorações do Dois de julho estão relacionadas ao momento de expulsão dos portugueses da Bahia em 2 de julho de 1823. Após a declaração de independência por D.Pedro I, os lusitanos insistiram em permanecer em solo baiano, território estratégico para a reconquista de solo nacional. Contudo, os baianos organizaram uma luta de armada, e conseguiram sítar os portugueses na cidade de Salvador. Sem ter como manter o exército por mais tempo, a tropa lusitana retirou-se da capital. O conflito teve relativa participação popular, incluindo também escravos, alguns obrigados a entrar na guerra por seus senhores. O dois de julho é festejado com a realização de um desfile que tem ampla participação popular. Os símbolos principais das festas são o caboclo e a cabocla.

⁶ A Liga das Senhoras católicas tinha como objetivo a propagação dos ideais cristãos. Segundo, Márcia Barreiros as senhoras se reuniam mensalmente com autoridades religiosas no Mosteiro de São Bento para planejar ações na comunidade. (LEITE, 2005. p. 282).

⁴ A menina era conhecida na escola como Sidonia, mas sua mãe, uma cabocla, a chamava de Yara.

políticas e financeiras, nem legislar, etc.* mas delas é que vêm os soldados, os ministros, os eleitores, os legisladores, o governo e os governados. Elas é que educam e formam o caráter daqueles que não de ser os cidadãos da pátria. (RODRIGUES, 1929, p.271)

O argumento inicial de D. Mercês se mostrou contraditório, ou melhor, um tanto conservador, o que de certo modo, marca parte do livro. A autonomia feminina foi concedida com certas ressalvas. Contudo, há um fato muito interessante no trecho, que desfaz a impressão de que a escritora não estava atenta ao momento de debates sobre os direitos da mulher. Amélia inseriu uma nota de rodapé justificando sua opinião, exposta anteriormente: “Quando este livro foi escrito, ainda se não cogitava no mundo a ideia de coparticipação do sexo feminino na política. Atualmente, como todas sabem, já em alguns países têm as mulheres direito de voto e exercem cargos políticos.” (RODRIGUES, 1929, p.271)

A nota demonstrou a importância de informar às leitoras sobre a conquista de espaços ocupados pelas mulheres. E o que foi dito implicitamente é que o patriotismo poderia ser exercido de maneira direta, embora no Brasil, a participação das mulheres, enquanto eleitoras e políticas, tenha se dado apenas nas primeiras décadas do século XX (PINTO, 2010).

A cautela de Amélia Rodrigues para com a educação feminina aponta para suas próprias contradições; incongruências que faziam parte de sua própria como mulher e escritora. Viver de sua escrita poderia colocá-la nesta busca por uma aceitação e boa recepção por parte das leitoras e pares. Portanto, a desconstrução de uma representação feminina passava por desconstruir-se também como mulher, tarefa altamente complicada para aquele momento. Segunda a pesquisadora Norma Telles, as escritoras enfrentavam um processo de revisão dos valores, pois tinham que lidar com a autoridade de precursores masculinos. “Em sua luta, entretanto, não os tomará como inimigos, não lutará contra eles e sim contra a leitura que fizeram da mulher, contra as *personae* que construíram, contra as palavras que disseram como ela era.” (TELLES, 2012, p.258)

As personagens de Amélia aparecem entre a escola, o lar e a Igreja, dividindo as tarefas escolares com as obrigações domésticas. Volta e meia despontam bordando ou até mesmo na cozinha. Entre brincadeiras e travessuras elas tornavam-se mulheres. Segundo, a escritora, apesar de instruídas, a mulher não deveria ser

retirada da “posição que Deus e a natureza lhe marcaram”, isso para Rodrigues significaria um retrocesso. (RODRIGUES, 1929, p.36)

3.1. O cultivo das virtudes

As meninas que protagonizaram o romance *Mestra e mãe* representam, em certa medida, o ideal de infância feminina brasileira dominante durante o final do século XIX e início do século XX. Representação esta que compõe o mosaico da sociedade patriarcal, no qual a educação das mulheres baseava-se em determinados princípios morais e também religiosos. Para a Igreja católica era importante monopolizar o ensino feminino, já que a mulher era vista como “o ‘anjo tutelar do lar’ cristão, a guardiã da sociedade” (LEITE, 1997, p.97). Portanto, houve a valorização do cultivo de certas virtudes como humildade, recato, benevolência, generosidade, amabilidade, entre outras qualidades que deveriam caracterizar as moças, educando-as para que ocupassem determinadas funções sociais. (Ibidem)

Foi interessante perceber o quanto Amélia Rodrigues retratou personagens femininas de diferentes camadas sociais, chamando a atenção para a dificuldade de instrução das meninas mais pobres. As protagonistas do livro não eram somente as meninas da elite local; em verdade, a maioria faz parte de uma parcela de filhas de sertanejos. A riqueza no romance ganhou outros contornos, muitas vezes comparado a um mal que corrompia a alma dos indivíduos. Os ricos poderiam se tornar arrogantes, ambiciosos e orgulhosos, a exemplo das filhas do Senhor Botelho (Augusta e Regina), comerciante do vilarejo.

Augusta e Regina, ao longo do romance, mostraram-se como um exemplo de tudo o que as meninas não deveriam ser:

Em casa, elogiadas a cada passo pelos pais e pelos amigos, satisfeitos em todos os seus caprichos, acostumavam-se a julgar-se privilegiadas, dignas de inveja e admiração. Viviam, em suma, no mundo da lua, inteiramente alheias às realidades da vida, entregues unicamente às perniciosas satisfações do amor próprio, sem saber, sem indagar se aquilo era justo e razoável. Pobrezinhas! Elas não tinham culpa alguma!

Em Augusta sobretudo esse fatal sistema de educação criara um caráter atrabiliário, antipático, intolerante. Explodia a cada passo o seu gênio informado e impetuoso, ora em furores violentos ora no contrariar das feições, no amuo, no silêncio inoportuno e sistemático. (RODRIGUES, 1929, p.141)

Augusta foi descrita como uma menina mimada, malcriada e vaidosa, uma lista enorme de defeitos que não deveriam ser cultivadas pelas crianças ao longo de suas vidas. Ela sempre se colocava como o oposto de tudo que foi postulado pela mestra. A garota, que através de suas atitudes constituiu-se mau exemplo, e contraponto da maioria das meninas da cidadezinha. Por outro lado, há também algo de transgressor nas atitudes da menina, que acabava por romper determinados padrões de comportamento daquela sociedade. A presença dessa personagem mostrou muito mais do que um simples caráter exemplar. Esboçou, de certa forma, as meninas de “carne e osso” daquele período, “mulheres” que não eram só submissão, mas também transgressão. “Mesmo as escritoras mais conservadoras criam personagens que tentam destruir as estruturas patriarcais e as heroínas subservientes e projetam a rebelião em mulheres loucas ou monstruosas (e não importa se estas são punidas).” (TELLES, 2012, p.292)

Augusta e sua família não ganharam um final muito feliz. Após o assassinato de seu pai, tiveram que mudar-se para Salvador porque ficaram praticamente pobres. Augusta quando mais velha casou-se com um rapaz contra a vontade de sua mãe, contudo o gênio de ambos era tão ruim que se separaram dois anos após o matrimônio. Sem riqueza e sem casamento, a moça pagou por toda a vaidade e arrogância que havia cultivado durante sua vida. Toda humilhação que submetera empregados e suas colegas mais pobres lhe voltava como um castigo. E essa foi uma das lições presentes nas obras de Amélia Rodrigues: a soberba de nada adiantava porque o futuro poderia reservar surpresas desagradáveis.

Apesar de Augusta implicar com a maioria das meninas, existia uma em especial, que era seu alvo predileto de maledicências e preconceitos. Sidonia, a quem a mãe chamava carinhosamente de Yara. A menina de onze anos, filha da cabocla Maria, tinha “os cabelos negros e finos, muito corridos, a cor bronzeada, os olhos rasgados e doces, se bem que algumas vezes chispantes. Reconhecia-se logo nela o sangue misto das raças indígena e africana.” (RODRIGUES, 1929, p.152) A menina ganhou imenso destaque na narrativa, sendo caracterizada pela valentia e inteligência.

Amélia também relatou a história de sua mãe, Maria, recontando, através desta personagem, toda injustiça sofrida pelo povo indígena. Maria foi retirada de sua tribo⁷, no Amazonas, e escravizada por um aventureiro. Nesse momento da narrativa, a escritora lembrou à suas leitoras que no Brasil colonial havia o criminoso costume de escravizar indígenas, tratando-os como “mercadoria humana”. Ressaltou também a missão catequizadora dos jesuítas, a quem a escritora chama de “pais espirituais dos selvagens”. (RODRIGUES, 1929, p.153)

Na história, a índia conseguiu fugir do cativeiro e migrou para o sertão baiano, onde se casou com um liberto. Dois anos depois o seu marido faleceu, deixando-a sozinha com uma filha nos braços. Segundo Amélia Rodrigues, Maria “era um belo espécime da raça americana. Feições acentuadas, olhos negros, vendidos, lábios grossos e vermelhos, musculatura desenvolvida, movimentos rápidos; uma bonita e vigorosa mulher.” (Ibidem, p.159) A descrição feita pela literata remete a uma ideia de um corpo aparentemente “selvagem”, apto a lidar com as intempéries impostas pela vida; representação distante das feições delicadas que caracterizavam os corpos femininos. Em um determinado momento da obra, a professora chegou a afirmar que a cabocla trabalhava como um homem, o que seria um elogio, considerando o contexto em que a obra foi escrita.

Apesar de todos os estereótipos sobre os indígenas, a escritora colocou a personagem como forte e corajosa, reafirmando a simpatia que grande parte das pessoas do vilarejo tinham por aquela mulher. Esse sentimento foi reiterado no episódio no qual Maria narrou sua luta com uma onça; o animal a espreitava quando fora buscar lenha no meio do mato. A façanha despertou o respeito de todos, inclusive de D. Mercês que a considerava uma virtuosa. (Ibidem, p.161)

Sidonia, filha da cabocla, possuía as mesmas características virtuosas de sua mãe, embora a escritora tenha reforçado que essas qualidades seriam aprimoradas com o acesso da menina à instrução. O que também lhes daria a oportunidade de dar uma condição de vida melhor para sua mãe, que matara a

⁷ Termo usado pela escritora.

onça, pensando no que seria de sua filha sozinha neste mundo.

Como dito anteriormente, Sidonia (Yara) foi diversas vezes ofendida por Augusta, que em muitas oportunidades deixou claro que não gostava da presença da caboclinha na escola. As humilhações eram tão constantes que certo dia ela não quisera mais voltar a estudar. Aos prantos, confessou seu desânimo para a mãe: “Os livros são para os ricos. Quero que me dê uma machado também. Ao menos aqui ninguém virá insultar-me!” (Ibidem, p. 280). Apesar, de toda angústia, Maria convenceu Yara a enfrentar os momentos difíceis, argumentando sobre a importância dos estudos. A mãe pediu à filha que perdoasse as ofensas e seguisse confiante, pois um dia Deus a recompensaria. O argumento foi aceito e acatado pela pequena que logo voltou a estudar.

3.2. Euphrosina: A Flor do Sertão

Entre as moças virtuosas retratadas, a que mais se destacou foi Euphrosina, filha do Capitão Serpa. D. Mercês a tinha como uma filha. Era “modesta, simples, delicada, trabalhadora, compadecida, tudo perdoava, tudo procurava melhorar. Era a pérola mais preciosa daquele escrínio. A alma formosa se lhe refletia no rosto, como o sol através da nuvem, aformoseando-o” (Ibidem, p.306). Euphrosina era a representação de um ideal de infância feminina. A garota, que no início da narrativa tinha entre doze e treze anos, compusera, juntamente com D. Mercês, o modelo que deveria ser seguido pelas outras crianças. Era exemplo de cuidado para com todos, era delicada e afetuosa, uma flor do sertão como assim a denominara a autora. Segundo Amélia Rodrigues, a beleza de Euphrosina estava no seu jeito de ser, no seu caráter; não era uma beleza vulgar, mas algo natural que emanava da menina.

Os seus olhos grandes, claros, extremamente meigos, pareciam espelhar o céu puríssimo de sua alma. Os lábios riam pouco, sem andar contraídos, e davam-lhe atestado contínuo do caráter doce e pacífico. (...) Vigorosa, alta para a sua idade, sem denguiques de maneiras, nem delicadeza afetada, via-se que ela não era o produto doentio da educação anti-higiênica das cidades, onde as meninas pálidas, magras, parecem

figurinhas de cera que o menor sopro derruba. (RODRIGUES, 1929, p.70)

Moça, de boa índole, recebeu os ensinamentos de sua mestra de coração aberto, tornando-se uma mulher com todas as qualidades para amar o lar e a sua pátria. Para tanto, a autora sublinhou a importância do sertão, local onde a menina cresceu, longe de toda agitação urbana, e uma das influências para que bons sentimentos frutificassem em seu coração. As referências que Amélia Rodrigues fez à moça, possivelmente são uma espécie de recado as suas leitoras, qual seja, espelhem-se em Euphrosina, e não nas moças “espartilhadas” das grandes cidades.

A moça tratava a todos com respeito, inclusive os empregados e escravos de sua casa. Apesar da riqueza do pai, não era orgulhosa e muito menos vaidosa. Foi caracterizada por sua generosidade e responsabilidade, e como mais velha do grupo, muitas vezes ajudou a sua mestra com as outras meninas. Zina, como era chamada carinhosamente por suas colegas, era sempre um bom exemplo. Sendo muito habilidosa e dedicada, tanto nos afazeres domésticos quanto nas atividades da escola.

Com o seu vestido azul, cor que mais usava, afogado, justo, o avental Branco, a Grossa trança dos cabelos aloprados a serpear-lhe pesadamente as costas, o olhar claro e sereno como o luar de verão, o sorriso nos lábios e o pensamento no dever, ela aparecia por toda parte onde sua presença se tornasse necessária, na cozinha, na sala, na escola. Era a alma de tudo. (Ibidem, p. 307)

A personagem trouxe o tom de romantismo para o livro, pois era a que mais se encaixava dentro dos padrões de heroínas comuns àquela época; uma menina branca e rica, que sofreu um trauma, mas se manteve forte e humilde. Euphrosina, apesar de ter perdido sua mãe muito pequena, não se tornou uma menina amargurada e infeliz. Ao contrário, era alegre e determinada. Nascer sertaneja lhe deu um caráter mais forte, física e moralmente. Há uma vivacidade e altivez que a distancia da palidez de protagonistas de muitos romances brasileiros.

Segundo a descrição da autora, ela se envolvia em diversas atividades, fazendo-as de maneira impecável. Além das tarefas escolares, também bordava, tocava piano, cozinhava e pintava; destacava-se em tudo que se propunha fazer, sobretudo nos trabalhos domésticos. Seu pai sempre a mandava à cozinha para ajudar os

empregados e para aprender o que lhes seria útil no futuro, quando se tornasse mãe e dona de casa. (RODRIGUES, 1929, p.175)

Ao final do livro, Euphrosina foi pedida em casamento por um jovem médico da cidade. Fato que demonstrava o ciclo de vida que deveria ser seguido pelas mulheres naquele período. Instruir-se para bem cuidar da casa, do marido e dos filhos. Contudo, a aliança entre casamento e instrução marcou, de certa forma, uma das contradições que caracteriza a obra de Amélia Rodrigues. O acesso a uma educação formal não influenciava apenas os hábitos domésticos das moças, mas afetava também a formação de suas subjetividades. A educadora sabia que mulheres instruídas não seriam somente mães e donas de casa, não necessariamente porque estas mulheres sairiam dos lares, mas porque simplesmente poderiam ler livros e periódicos; mais ainda, poderiam escrever sobre si e sobre o seu cotidiano, ou contar histórias, problematizando suas trajetórias, repensando-se como mulher.

4. Uma guia para futuras esposas e mães

Uma das temáticas abordadas por Amélia Rodrigues no romance, como dito anteriormente, foi o casamento. A realização do matrimônio apareceu como o momento de consolidação da vida feminina, quando tudo que foi aprendido até então, ganhava um significado prático no momento de transição para a vida adulta. As moças após o consórcio tornavam-se mulheres e adquiriam novas responsabilidades. Contudo, é interessante notar que Amélia não fez uma abordagem romântica do casamento. A união foi tratada como uma convenção social importante para a mulher, na qual nem tudo “eram flores”. Em uma conversa sobre o noivado de Euphrosina, D. Mercês advertiu a moça sobre as ilusões nutridas antes do enlace:

Em geral, filha, as moças encaram o casamento pelo seu lado mais agradável, e pensam que viver a vida inteira ao lado do marido será pouco mais ou menos o mesmo que dançar ou cantar duetos com o noivo galante ou apaixonado. Entre o noivo e o marido medeia a distância imensa que existe entre o sonho e a realidade, e as vezes a desilusão é bem grande. Quase nenhuma jovem compreende o matrimônio pelo seu lado sério, difícil e melindroso; quase nenhuma faz provisão de paciência, coragem, submissão e doçura para enfrentar as contrariedades que lhe hão de infalivelmente

chegar; quase nenhuma pensa na melhor maneira de educar os filhos, nem os meios de conservar o amor do esposo e a harmonia da família. Quando uma moça pronuncia o *sim* diante do altar, deve gravar no íntimo d’alma, como se fosse em bronze, esta convicção inabalável: **‘Já não me pertença a mim mesma, e muito menos ao mundo; devo-me toda inteira à felicidade e à honra de meu marido** (grifos meus) [...]. (RODRIGUES, 1929, p.318-9)

A caracterização do casamento neste trecho não lembra em nada os romances que retratavam avassaladoras paixões. A educadora distanciou-se do romantismo, trazendo uma visão realista e um tanto “pessimista” do que seria a união entre homem e mulher. Para além dos sentimentos, existiam deveres e mandamentos a serem seguidos cotidianamente pelas mulheres, para que conseguissem prosperar junto a seus maridos. Sendo forte a ideia de não pertencimento de si mesma após o casamento. Essa afirmação, contraditoriamente, soou como uma crítica ao casamento, que retirava da mulher sua autonomia. E talvez Amélia Rodrigues tivesse consciência disso já que não chegou a se casar, o que de certa forma lhe deu mais liberdade para atuar como professora e escritora.

Essa contradição faz lembrar a trajetória de diversas escritoras que tiveram suas vidas profissionais divididas com as obrigações familiares. Ou o caso de muitas mulheres que não puderam continuar os estudos porque tinham que casar jovens para manter o costume social. O conflito entre o cumprimento das atividades domésticas e a produção literária foi algo que marcou a vida de muitas escritoras durante muito tempo. Em meados do século XX, Carolina Maria de Jesus (1914-1977) expressou de forma bastante lúcida esse conflito: “um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal.” (JESUS, 2006, p.44)

Por outro lado, também existiram literatas que conseguiram o incentivo de seus maridos e amigos para investirem na produção literária, a exemplo da escritora baiana Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1830-1930). Segundo a professora Márcia Barreiros “a partir do casamento Anna equilibra as funções do mundo doméstico, quais sejam, a criação e instrução dos filhos, a administração do lar e o papel de esposa,

com as funções do mundo público.”⁸ (LEITE, 2005, p. 63) A escritora obteve sucesso no cenário literário baiano no final do século XIX, e foi a primeira mulher na Bahia a publicar romances, sendo reconhecida pela crítica e pelo público. A pesquisadora reforça que o fato de contar com a ajuda de uma rede de homens influentes para se inserirem no mercado editorial, não retirava o mérito dos trabalhos dessas mulheres. (Ibidem, p.222-223)

Contudo, o casamento não deixara de ser um dos instrumentos de reclusão de muitas mulheres entre os séculos XIX e XX. E o guia de conselhos de Amélia Rodrigues em *Mestra e mãe* indicava o grau de abnegação das futuras esposas. A construção da família tinha como centro de equilíbrio a mulher, aquela que abriria mão de tudo para iluminar os cômodos de seu lar. Euphrosina possuía todas as qualidades para ser o “anjo do lar”. (WOOLF, 2012, p.11)

Há no romance um capítulo muito interessante no qual Zina fala de seu programa para o casamento. A moça em um dos diálogos com D. Mercês descreveu sobre seus deveres como esposa.

Imagino, em primeiro lugar, que devo obedecer a meu marido, que é o chefe da família; que devo respeitá-lo e amá-lo acima de tudo e só abaixo de Deus; que devo suportar os seus defeitos, e somente com brandura e afeto procurar oportunamente aconselhá-lo; que não devo aborrecê-lo com exigências, nem azedumes, nem zelos, nem recriminações; que devo fazer-lhe as vontades, alegremente, ainda nas coisas que mais me desagradem, salvo se forem ofensas a Deus, a fim de evitar toda desarmonia e enfado; que devo cuidar das minhas obrigações domésticas com toda atividade possível; enfim, que devo fazer da casa um lugar que lhe seja agradável, para que ele não encontre outro em que esteja melhor e mais satisfeito do que no seio da família. (RODRIGUES, 1929, p.319-320)

É uma relação de conselhos referentes aos comportamentos das mulheres dentro do casamento. A narrativa do trecho caracteriza-se por uma dura interdição da mulher às vontades de seu marido, colocando-a a sombra do homem com quem iria se casar. Segundo Norma Telles, essa representação feminina que se define pela imobilidade e isolamento, descende das “virgens enclausuradas medievais ou das que viveram depois e que aprenderam com Rousseau e com os manuais de conduta para senhoras, as

exortações ao bom comportamento, a dedicação total à tarefa de ser mãe.” (TELLES, 2012, p.22)

Os conselhos de Amélia Rodrigues não se dirigiram apenas à relação entre mulheres e seus maridos, mas também ao exercício da maternidade. A literata, através da personagem Mercês, expôs suas concepções sobre ser mãe.

O amor maternal, desde que vem de Deus, é um elemento de ordem e não de desordem. Deus pôs no coração das mães esse sentimento incomparável para fazê-las cumprir sua difícil tarefa da maneira mais suave. E a mulher inteligente saberá sacrificar pelo verdadeiro bem de seus filhos até mesmo esse afeto, quando necessário for. Se a mãe não amasse os frutos de suas entranhas, não suportaria resignada e forte os trabalhos que eles custam, e é preciso que ela os ame mais do que a si mesma para sofrer a dor de castiga-los quando merece. (RODRIGUES, 1929, p.223)

A maternidade aqui foi representada como um dom inato da mulher. Os séculos XIX e XX foram marcados pela consolidação das concepções sobre o amor materno (BADINTER, 1995, p.367), um sentimento considerado como determinante da “natureza feminina”. Intelectuais, médicos e juristas legitimaram discursos sobre a maternidade, aprisionado as mulheres em uma identidade rigidamente demarcada e forjada a partir das diferenças de gênero. A mulher foi definida por seu corpo e por sua capacidade reprodutiva. Aquelas que fugiram dos padrões e expressaram outros desejos foram tipificados como anormais.

Segundo a historiadora Elisabeth Badinter, foi construído um imaginário sobre a existência de um instinto materno aliado à ideia de um amor inabalável. A pesquisadora chama a atenção para o fato de que o amor é um sentimento como qualquer outro, e não é inerente à mulher (Ibidem). A História das mulheres têm mostrado que pode, ou não, existir amor entre a mãe e seus filhos; e existem mulheres que não desejaram ser mães. Portanto, seria menos cruel admitir que como mito, o amor materno não determina socialmente as subjetividades femininas.

5. Derradeiras lições

Ao final do romance *Mestra e mãe*, a autora informou sobre o destino de suas protagonistas. Euphrosina teve um casamento feliz, se constituindo modelo de mãe e esposa. Já as outras meninas mais pobres, não menos virtuosas, contaram com a ajuda da benevolente D.

⁸Anna Ribeiro escreveu para diferentes revistas, entre elas, *A Paladina do Lar*, *A voz*, *Gazeta de Notícias* e *Diário da Bahia*, contribuindo também para o *Almanaque de lembranças Luso-brasileiro*, editado em Lisboa.

Mercês. Após sua morte, a mestra deixou em testamento indicações para que vendessem suas terras e posses no Ceará e destinassem o valor arrecadado para o dote de dez de suas discípulas, entre elas Sidonia (Yara) e Gabriela, para quem destinou a maior parte da herança. (RODRIGUES, 1929, p.339-340)

Gabriela se tornou a nova professora do Vilarejo seguindo os passos de sua mentora. “Vasada nos moldes de D. Mercês, a jovem professora nada deixou a desejar. Boa, solícita, enérgica, amando sua missão e compreendendo-lhe o alcance e a importância, ela servia à pátria com toda a plenitude do coração e do entusiasmo.” (Ibidem, p.340). Logo, não haveria melhor substituta para continuar o trabalho pela educação feminina.

As prescrições da escritora para as meninas abrangeram desde conselhos sobre leituras, até higiene doméstica. Toda a narrativa é permeada por lições morais de valorização da religião e da Pátria. Na escola as garotas aprenderam aritmética, desenho linear, gramática, geografia e História do Brasil, além de costuras e catecismo. Uma formação teórica e prática essencial para a instrução de mães e mestras.

Mestra e mãe sintetizou assim parte das concepções de Amélia Rodrigues. Pode-se dizer que ela acreditava que toda mestra deveria se comportar como mãe de seus alunos, ensinando-lhes com compaixão e paciência, não deixando de ser severa quando preciso. Por outro lado, toda mãe deveria ser instruída para que também se comportassem como mestras de suas filhas e filhos. Assim, ao final do romance, Amélia Rodrigues convocou suas leitoras para que, se possível, criassem escolas como a do Ingá-Assú, e difundissem a instrução levando os valores religiosos a quem precisasse, fazendo isso em favor da reorganização moral da pátria. (Ibidem, p.344).

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O civismo festivo na Bahia: Comemorações públicas do Dois de Julho (1889- 1923)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

ALVES, Ívia (org.). *Amélia Rodrigues: Itinerários percorridos*. Salvador:, NICSA/Bureau, 1998.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

DUARTE, Constância Lima. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e Ciências Humanas: Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa do Tempo, 1997.

GUARDIA, Sara Beatriz. Literatura y Escritura femenina en América Latina. *Anais do XII Seminário Nacional Mulher e Literatura do III Seminário Internacional Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural*. Ilhéus –Bahia: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007.

HENDRIK, Kraay. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX. *Afro-Asia*, Salvador, n°. 23, p. 49-87, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 8.ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930*. 1997. 188 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

_____. *Entre a tinta e o papel: Memórias de leitura e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto editora, 2005.

MUZART, Zahidê L. Artimanhas nas entrelinhas: Leitura do paratexto de escritoras do século XIX. *Revista Travessia*. Florianópolis, n°. 21, p.64-70, 1990.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio: Gênero e Literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

PINTO, Céli Regina J. Feminismo, História e poder. *Revista Social Política*, Curitiba, v.18, n°. 36, p.15-23, jun. 2010. p.

QUEIROZ, Milena Britto de. *Entre a cruz e a caneta: A vida e a produção literária de Amélia Rodrigues*. 2003. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Narrativas de si: lugares da memória. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, Rio Grande do Sul, v. 4 , nº. 2, p. 155-165. Jul.-dez. 2008.

RODRIGUES, Amélia. *Mestra e mãe: Educação cívica e moral* (Quarto livro de leitura). Bahia: Livraria dos dois mundos, 1898.

_____. Mais um... Aventureiro. In: *Bem-me-queres*. Bahia: Typ. Salesiana, 1906.

_____. Surge, qui dormis. *A Paladina*. Bahia: Imprensa Nova, nº 1, p. 3-6, jan. 1910.

_____. *Um casamento à moderna*. Niterói: Escolas prof. Salesianas, 1924.

_____. *Mestra e mãe: Educação cívica e moral*. Bahia: Typ. Salesiana, 1929.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.

WOOLF, V. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012